

CAPÍTULO XXV

A Inflação

A inflação, ou seja, o aumento persistente e generalizado dos preços, é um desequilíbrio crônico dos países subdesenvolvidos. Enquanto os países capitalistas centrais revelavam, até aos anos sessenta, uma notável estabilidade de preços, com taxas de inflação que não ultrapassavam 5%, os países periféricos apresentavam, com raras exceções, taxas de inflação elevadas. Escapavam apenas os poucos países que não passavam por um processo de industrialização, ou então que, fugindo à regra, apresentavam consistentes saldos em seu balanço de pagamentos. Estes saldos teoricamente deveriam ter um efeito inflacionário porque, à medida que levassem ao aumento das reservas do país em moedas fortes, exigiriam a emissão de moeda nacional para pagar os exportadores. Na verdade permitiam reduzir as tensões inflacionárias estruturais. Isto era possível enquanto o setor exportador se revelava capaz de absorver os aumentos de preços ocorridos nos demais setores da economia.

Monetaristas e Estruturalistas

Não é o momento agora de rever toda a imensa discussão sobre as causas da inflação, muito menos discutir as distorções que causa no processo econômico. Nos anos cinquenta, em pleno período do populismo, os economistas neoclássicos, chamados então na América Latina de monetaristas, e geralmente situados fora do Estado, à medida que muitas vezes ainda estavam comprometidos com o Estado oligárquico do modelo

primário-exportador, tinham uma explicação simples para a inflação. Esta teria uma causa exógena: a demagogia e incapacidade dos governos populistas, que entravam em deficit orçamentário ao mesmo tempo que aumentavam o crédito, ao pretender dividir a renda entre as classes e grupos sociais em um número de partes maior do que o todo.¹⁰⁶ O remédio proposto era simples: moralizar os governos, equilibrar o orçamento do Estado e reduzir o crédito bancário.

Enquanto isto os estruturalistas,¹⁰⁷ então geralmente ocupando postos no Estado, afirmavam que a inflação era endógena, resultava da imperfeição dos mercados das economias em processo de industrialização. Estas imperfeições traduzem-se em pontos de estrangulamento na oferta, ou seja, em certos momentos, devido a um aumento súbito na demanda ou a uma inesperada queda na produção (oferta) de determinados produtos, os preços subiam neste setor. Ao contrário do que acontece nos países capitalistas avançados, entretanto, ao subirem os preços em determinado setor da economia, a oferta não responde imediatamente, seja através do aumento da produção interna, seja através de importações, e assim os preços daquele setor não voltam rapidamente para seu nível anterior. Dada a defasagem entre os aumentos dos preços e o aumento da produção, os preços daquele setor, onde se verifica o estrangulamento na oferta, permaneceriam elevados durante um tempo suficientemente grande para que os demais setores produtores de bens e serviços tratassem também de elevar seus próprios preços. Generalizar-se-ia, então, o processo inflacionário, obrigando os trabalhadores a também reivindicar reajustamentos de salários.

Como exemplos de setor onde tendiam a ocorrer inicialmente esses desequilíbrios citavam-se a agricultura e o setor importador. Este, dada a carência permanente de divisas que caracteriza o subdesenvolvimento e especialmente o modelo de substituição de importações, tendia a ter seus preços constantemente pressionados para cima.

¹⁰⁶ Entre os trabalhos de monetaristas brasileiros podemos citar, entre outros, Eugênio Gudín (1954, 1965), Octavio Gouvea de Bulhões (1969), Mário Henrique Simonsen (1964, 1969, 1970, 1974 com Roberto Campos), Carlos Geraldo Langoni (1975). Antonio Delfim Netto e outros (1965) adotam posição próxima dos monetaristas, mas sem ortodoxia.

¹⁰⁷ Entre os trabalhos dos estruturalistas mencionaremos apenas Oswaldo Sunkel (1958), Celso Furtado (1959), Aníbal Pinto (1973), Nicholas-Georgescu-Roegen (1968). O último é um dos mais notáveis economistas dos países centrais. Não é um estruturalista como os economistas latino-americanos citados, mas deu uma contribuição importante para a análise estruturalista no artigo citado (1968).

Já em relação à agricultura, alguns economistas estruturalistas falaram apressadamente em baixa elasticidade-preço da oferta de produtos agrícolas, e os economistas monetaristas gastaram rios de tinta e de tempo de computador para demonstrar econometricamente que isto não seria verdade.¹⁰⁸ E, de fato, não há nenhuma razão para que a oferta dos produtos agrícolas seja inelástica em relação aos preços. A hipótese de que a agricultura nos países subdesenvolvidos seja pré-capitalista é de validade muito duvidosa. Em setores muito atrasados economicamente a oferta não responde bem ao aumento de preços, principalmente por falta de informação, secundariamente por falta de “mentalidade capitalista”. Por outro lado, não há nenhuma “necessidade” para a teoria estruturalista da inflação que a oferta de produtos agrícolas seja inelástica em relação aos preços. Basta que haja certa demora na resposta da oferta ao aumento da demanda para que os preços nos demais setores subam também. Além disso é preciso ficar claro que o setor agrícola é apenas um exemplo de fonte de inflação estrutural. Qualquer outro setor onde se produza momentaneamente um estrangulamento na oferta provocará inflação.

Dado o caráter endógeno da inflação, é claro que os remédios não são tão simples. É preciso atacar os pontos de estrangulamento, o que é, por definição, uma estratégia de longo prazo. E é preciso saber conviver com a inflação. Isto não significa que haja qualquer correlação positiva com a inflação (como também não a há negativa, a não ser que a inflação se torne explosiva). Não significa também que não se devam utilizar remédios monetários e fiscais contra a inflação, desde que moderadamente. Significa apenas que neste tipo de economia certa taxa de inflação funciona como lubrificante do sistema econômico.

A Equação de Trocas

Para os economistas neoclássicos a equação de trocas, transformada na teoria quantitativa da moeda, assume o caráter de prova definitiva do acerto de suas posições. Aceita uma razoável estabilidade na velocidade-renda da moeda,¹⁰⁹ V. os aumentos do índice de preços, p , seriam

¹⁰⁸ Sobre o assunto ver especialmente a importante contribuição de Afonso Celso Pastore (1968).

¹⁰⁹ Esta estabilidade é negada pela teoria econômica keynesiana, em função da existência de uma procura especulativa de moeda. Em uma economia inflacionária, entretanto, este tipo de procura de moeda não é significativo, sendo razoável supor esta estabilidade da velocidade-renda da moeda.

função do aumento da quantidade nominal de moeda, M , sendo Y a renda real:

$$MV = pY$$

A equação de trocas é uma equação definicional e, portanto, não cabe discuti-la. É óbvio, entretanto, que uma teoria sobre as causas da inflação nela baseada é altamente problemática. Por que é o aumento da quantidade de moeda nominal que causa o aumento de preços e não vice-versa? Se os preços aumentam devido a desequilíbrios reais, estruturais (e não monetários) entre a oferta e a procura, ou devido a decisões administrativas autônomas de grupos com poder monopolístico sobre o mercado, a quantidade nominal de moeda deverá aumentar correspondentemente. Caso não haja esse aumento nominal, a quantidade real de moeda, $m = \frac{M}{P}$, necessária para a realização das transações diminuirá, dado o

aumento dos preços. Esta diminuição levará à redução do crédito, o financiamento ao capital de giro das empresas entrará em colapso e a economia entrará em recessão. Antes que isto ocorra as empresas começam a pressionar o Governo para que este restabeleça a quantidade real de moeda em circulação através de aumentos de gastos e emissão de moeda ou então através do aumento do crédito ao setor privado da economia. O Governo pode ainda ser levado a emitir por uma segunda razão. Inicialmente partia de um orçamento equilibrado. Com o aumento de preços, que as receitas governamentais não acompanham com suficiente rapidez, crescem também os preços pagos pelo Estado, e o orçamento torna-se deficitário. E assim restabelece-se a quantidade real de moeda.

Fica assim claro que não é possível estabelecer uma relação causal direta entre aumento de preços e aumento na quantidade de moeda. O movimento pode ser perfeitamente o inverso. Primeiro aumentam os preços devido a estrangulamentos na oferta ou ao poder monopolístico das empresas de aumentar autonomamente seus preços e, em seguida, para se restabelecer a quantidade real de moeda, emite-se.

Emissões Autônomas

Na verdade, o Estado também pode ser levado a emitir ou a aumentar o crédito bancário e conseqüentemente a oferta de moeda autonomamente devido às pressões dos diversos grupos econômicos e classes que são representadas no Estado. No período populista, este era o diagnósti-

co monetarista dos economistas neoclássicos, então, em geral, fora do Governo. O Estado, pressionado pelos grupos capitalistas e pelos trabalhadores, realizava despesas crescentes. Entretanto, não tinha poder político para tributar a classe capitalista e a emergente classe tecnoburocrática. Por outro lado, os serviços públicos, que atendiam principalmente aos trabalhadores urbanos e às camadas médias em ascensão, eram deficitários à medida que o Governo queria satisfazer também a esses grupos através de tarifas subsidiadas. Em consequência, surgia o deficit orçamentário que só podia ser coberto por emissões.

No Estado Tecnoburocrático-capitalista, em que os trabalhadores são excluídos do bloco histórico de poder e o Estado aumenta sua capacidade de tributar e de estabelecer tarifas elevadas para os serviços públicos, tende a desaparecer o deficit orçamentário estatal. Com isso as emissões para cobrir deficits não são mais necessárias. Foi o que ocorreu no Brasil a partir de fins dos anos sessenta. Entretanto, isto não significa que as pressões inflacionárias causadas simplesmente por aumentos autônomos da quantidade de moeda em circulação desapareçam. Simplesmente mudam de forma. Como agora o poder econômico concentra-se na classe capitalista, aumenta-se a quantidade de moeda através do aumento do crédito bancário, enquanto permanece equilibrado o orçamento governamental. Ao invés de deficit orçamentário, como no período populista, temos aumento do crédito. O resultado é o mesmo: emissão de moeda e a inflação. Agora, entretanto, os economistas neoclássicos estão no poder. Aproveitam-se da inflação apenas ou principalmente os capitalistas do setor moderno da economia, que são capazes de aumentar seus preços mais rápida e autonomamente, à medida que participam de mercados oligopolísticos organizados em forma de cartel. A inflação não pode mais ser atribuída a mera demagogia, como pretendiam os economistas neoclássicos ou monetaristas no período populista. Neste caso, entretanto, sua natureza é a mesma: uma inflação de caráter monetário causada pela pressão de grupos com poder junto ao Estado. A única diferença está no fato de que as emissões de moeda são devidas ao aumento do crédito ao invés de destinar-se à cobertura de deficits orçamentários.

Inflação Administrada

A discussão anterior sugere que podemos ter duas causas para a inflação no subdesenvolvimento industrializado: as causas estruturais, relacionadas com estrangulamentos momentâneos na oferta de certos produtos, e as causas monetárias, desencadeadas pelo aumento da quantidade

de moeda, menos para cobrir deficits orçamentários e mais para aumentar o crédito bancário. Podemos distinguir ainda duas outras causas: a inflação generalizada de demanda, provocada pelo fato de que em certo momento, geralmente no auge do ciclo econômico, os investidores decidem acumular e/ou os consumidores decidem investir mais do que a oferta agregada pode suportar; e a inflação administrada ou de custos, condicionada pelo poder de monopólio das empresas oligopolistas organizadas em cartel ou das empresas estatais.

Nos dois primeiros casos, já discutidos, temos inflação de demanda. A discussão dos anos cinquenta e sessenta entre monetaristas ou neoclássicos e estruturalistas era um debate entre dois tipos de inflação de demanda. A inflação generalizada de demanda ocorre quando, nos momentos de auge do ciclo econômico, a demanda agregada excede a oferta. Esta é a inflação normal dos países economicamente avançados. Ao aquecer-se a economia, preços e salários sobem conjuntamente. Este tipo de inflação é menos significativo nos países subdesenvolvidos, seja porque neles o processo cíclico é menos pronunciado, seja porque os outros fatores explicativos da inflação são mais decisivos para elucidar as altas taxas de elevação dos preços.

Já o quarto tipo de inflação — inflação administrada — não é de demanda mas de oferta.¹¹⁰ É causada pela capacidade das empresas e do Estado de aumentar autonomamente seus preços, mesmo que a demanda esteja frouxa. A condição essencial para esse tipo de inflação é a existência de poder monopolístico por parte dos que comandam o processo inflacionário. As empresas oligopolistas possuem esse poder e o Estado e suas empresas também. A inflação administrada pode assim ocorrer mesmo em momentos de retração econômica. Foi o que tipicamente ocorreu no Brasil entre 1962 e 1966. Verifica-se então o fenômeno que ao ocorrer nos países centrais no fim dos anos sessenta foi chamado de estagninflação.

Este fenômeno é também chamado inflação de custos. Esse nome é impróprio e marcado por forte conotação ideológica. Foi cunhado nos países centrais e sugere que a inflação seja causada pelo aumento do custo das empresas. Ora, como os ordenados são identificados com os salários na teoria convencional, o único custo das empresas que não é por elas mesmas determinado são os salários. Este tipo de inflação seria então determinado principalmente pelo poder monopolístico dos sindicatos. Se essa sugestão é apenas parcialmente verdadeira para os países cen-

¹¹⁰ Sobre a inflação administrada ver especialmente a notável e pioneira contribuição de Ignácio Rangel (1963).

trais, onde os sindicatos são fortes, nos países do subdesenvolvimento industrializado ela é totalmente improcedente, dada a subordinação ao Estado a que estão sujeitas as organizações operárias. Só podemos aceitar a expressão inflação de custos na medida em que consideremos custo das empresas seus lucros. Ao procurar defender sua taxa de lucro nos momentos de recessão e aumentá-la nos momentos de prosperidade, as empresas oligopolistas e as estatais aumentam autonomamente seus preços. Considerado esse lucro como um custo, podemos adotar o nome de inflação de custos. Inflação administrada, entretanto, parece-nos um título menos sujeito a enganos. As grandes empresas, quando possuem poder de monopólio, administram seus preços provocando inflação.

A Luta pelo Excedente

Esses tipos de inflação não são exclusivos. Não há nenhuma razão para que a inflação seja apenas estrutural, monetária ou administrada. O aumento generalizado e persistente de preços pode perfeitamente ser determinado por uma combinação dessas causas. Nas épocas de prosperidade, as duas primeiras deverão ser dominantes, somando-se ainda à inflação generalizada de demanda; na retração a inflação administrada deverá ter maior peso. Mas nada impede que haja pontos de estrangulamento na oferta ou pressões do setor privado por maiores gastos governamentais e maiores facilidades de crédito na recessão. Em contrapartida, nos momentos de prosperidade torna-se ainda mais fácil para as empresas oligopolistas aumentar seus preços autonomamente, ou seja, mais do que seria determinado pelo simples jogo da oferta e da procura.

A essas causas principais podemos ter somadas outras subsidiárias que também podem estar presentes na determinação da inflação. Podemos ter uma inflação importada, quando os preços dos bens importados crescem rapidamente. Com a elevação dos preços do petróleo em 1973 todos os países importadores do produto importaram inflação conjuntamente. Podemos ter aumentos de reservas internacionais causando inflação. O Estado pode determinar o aumento dos salários causando inflação. E alguns falam em inflação psicológica, que seria determinada por perspectivas inflacionárias das empresas levando-as a aumentar seus preços antes que os outros aumentassem.

Inflação psicológica, entretanto, não é propriamente uma causa de inflação, mas sim um eufemismo para expressar um fato muito simples. Sejam quais forem os fatores desencadeantes da inflação — estruturais, monetários, administrativos — esta terá sempre uma causa básica: a luta

das empresas e grupos sociais por aumentar sua participação no excedente. A inflação é na verdade o resultado de uma luta feroz pela divisão do excedente econômico. Essa luta trava-se ao nível das empresas. Aquelas que forem capazes de aumentar mais e mais rapidamente seus preços, aquelas que tomarem a dianteira do processo inflacionário serão certamente as beneficiárias.

Em um nível mais amplo, contudo, esta luta se trava entre classes sociais. No subdesenvolvimento industrializado ela é a forma por excelência através da qual os capitalistas reduzem os salários reais dos trabalhadores, criando o que seus ideólogos chamam de “poupança forçada”, mas que na verdade não passa de um aumento relativo na taxa de lucros das empresas.

No período do modelo de substituição de importações a inflação foi também usada para se transferir renda do setor exportador para o setor industrial, usando-se como mecanismo intermediário a taxa cambial. Esta era mantida fixa por longos períodos, enquanto a inflação interna prosseguia em ritmo acelerado. O resultado era a valorização artificial da moeda nacional e a transferência de renda dos exportadores para os importadores. Já no caso do modelo de subdesenvolvimento industrializado, tratando-se de um modelo exportador, a lógica do sistema não permite que se penalize o setor de exportação. São os trabalhadores o grupo por excelência que deve ter sua participação na renda reduzida relativamente. A redução dos salários reais é realizada através da inflação.

É significativo que nesses momentos se verifique uma curiosa inversão. A inflação é basicamente um instrumento para que as classes capitalista e tecnoburocrática reduzam os salários dos trabalhadores. A versão oficial, entretanto, é outra. Os aumentos salariais são considerados como causadores da inflação. E o controle administrativo dos salários pelo Estado é definido como a forma por excelência de combater a inflação. Enquanto isso, os ordenados são deixados livres para crescer na medida do poder político dos tecnoburocratas e de sua escassez relativa. Admitida a hipótese de que a participação dos ordenados na renda permaneça nesse momento constante, a dos lucros deverá aumentar à medida que se reduzam os salários.

A inflação, portanto, é resultado de uma estratégia eminentemente capitalista para aumentar seus lucros. Já vimos, entretanto, que a longo prazo é a participação dos ordenados dos tecnoburocratas na renda que deve crescer mais, em função principalmente de seu crescente poder político. Enquanto os tecnoburocratas desenvolvem uma estratégia eminentemente administrativa para aumentar sua participação na renda, procu-

rando diretamente aumentar seus ordenados, os capitalistas usam da inflação para reduzir os salários dos trabalhadores e neutralizar o aumento dos ordenados, e assim aumentar seus lucros.